



Comissão vota hoje PEC do Teto, que divide especialistas

Em último debate antes de votação, convidados avaliaram efeitos da medida e defenderam tanto equilíbrio fiscal quanto riscos a conquistas sociais

Quatro especialistas debateram ontem a PEC do Teto de Gastos, que será votada hoje pela Comissão de Constituição e Justiça. Os defensores dizem que limitar gastos públicos, além de recuperar a economia, reduzirá desemprego e inflação, que têm impacto sobre os pobres. Afirmaram também que a proposta não afetará a educação, pois a maior parte dos gastos é feita por estados e municípios. Já para os críticos, a PEC tem caráter “injusto e antidemocrático” e a redução de investimentos públicos prejudicará o crescimento do país. A oposição deve apresentar hoje substitutivo, que, entre outros pontos, limita a vigência das medidas a quatro anos. **5**

Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos debatem prós e contras da proposta, que deve ser votada hoje na CCJ



Marcos Oliveira/Agência Senado

Textos que reduzem burocracia começam a tramitar na Casa **3**

Projeto agrícola do Matopiba é criticado em audiência **8**

Educadores afirmam que formação de professores é desafio no ensino médio

Na primeira das duas audiências desta semana (hoje haverá outra) para debater a reforma do ensino médio,

educadores pediram atenção à formação dos professores. Estudo mostra que 42% não têm formação adequada. **4**



O senador Pedro Chaves (2º à esq.) é relator da proposta na comissão mista

Projeto prevê nova chance para repatriar recursos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que apresentará um projeto de lei que estabelece novo prazo para a repatriação de recursos não declarados mantidos no exterior. Se for aprovado, os brasileiros poderão fazer a declaração dos recursos em fevereiro e março de 2017 e pagarão uma multa de 17,5% — superior à de 15% prevista na lei deste ano. **3**

Governo vai rever PPA em 2017 com participação social

O principal instrumento de planejamento do governo federal, o Plano Plurianual, será revisto no primeiro semestre de 2017 e com a participação da sociedade. O representante do Ministério do Planejamento, Cláudio Evangelista, informou ontem em audiência da Comissão de Transparência que será divulgada até sexta-feira portaria para tratar do engajamento das entidades. **6**



Em quatro anos, gasto do Senado com abastecimento de carros oficiais caiu 43%

Plano de austeridade de Renan garantiu à Casa economia de R\$ 637 mi em 4 anos

Renan Calheiros fez um balanço de seus quatro anos como presidente do Senado e informou que uma série de medidas de redução de gastos

permitiu à Casa economizar R\$ 637 milhões nesse período. Renan anunciou novas medidas, como a redução dos gastos com o envio de cartas. **3**

Brasil terá novo embaixador no Canadá **7**

Relatório da MP do Fies é aprovado em comissão mista **4**

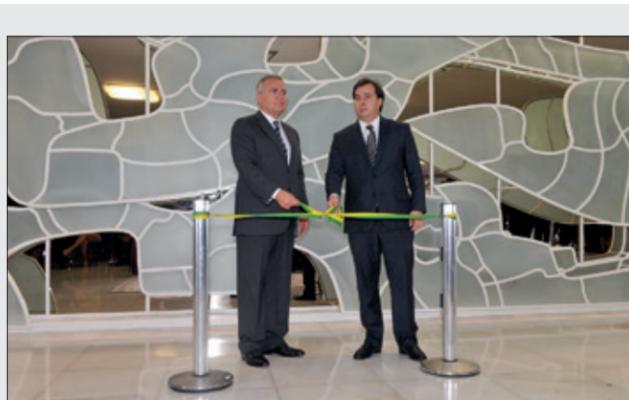
Ministro quer liberação de crédito para a saúde **2**

Escolhido nome para delegação do Brasil em Genebra **3**

Biocombustível precisa de apoio, alerta debate **6**

Reitores pedem que verba para pesquisa não seja cortada **7**

Encartado nesta edição, o boletim *Monitor Fiscal*



Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Rodrigo Maia, inauguram o painel Alumbramento, da artista plástica Marianne Peretti, no Salão Branco do Congresso. Segundo Renan, “as expressões artísticas são a representação do homem a partir do que ele vê, sente e vive”. Marianne integrou a equipe de Niemeyer na construção de Brasília.

Jane de Araújo/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado

Ministro quer liberação de R\$ 1,7 bilhão para a saúde

Em reunião com Renan, Ricardo Barros pediu apoio na aprovação de crédito suplementar. Presidente do Senado também recebeu associação de aéreas, que pleiteia imposto menor para querosene de aviação

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem as visitas do ministro da Saúde, Ricardo Barros, e do presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz.

Em reunião pela manhã, o ministro da Saúde pediu a Renan apoio para a aprovação de projeto de crédito suplementar que libera R\$ 1,7 bilhão para reforçar a dotação orçamentária vigente e garantir a manutenção de programas (PLN 22/2016). Barros destacou que o projeto vai ajudar muitos municípios:

— Muitas prefeituras aguardam a liberação do recurso, que tem caráter prioritário, para dar continuidade a programas de melhoria da condição de vida, de saúde e de saneamento básico das populações locais — explicou.

Renan garantiu apoio ao pedido do ministro. O presidente do Senado conversou com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e afirmou que o projeto vai ser votado assim que for aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Empresas aéreas

À tarde, Renan recebeu o presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, e dirigentes das companhias Avianca, Azul, Gol e Latam. O executivo pediu apoio na aprovação de projeto do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP)



Jonas Pereira/Agência Senado

Preço de combustível encarece voos no país, dizem dirigentes de aéreas a Renan

que estipula teto de 12% para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no querosene que abastece as aeronaves.

O presidente da Abear disse que a proposta (PRS 55/2015) é importante porque o querosene de avião é o principal fator de encarecimento das passagens aéreas. Além disso, informou que o Brasil é o único país a ter tributação regional sobre o combustível dos aviões, que varia de 7% a 25%.

— Em qualquer país do mundo, o preço de uma passagem aérea tem em média 28% do custo ligado ao querosene de aviação. Aqui no Brasil esse custo chega a 38% — destacou.

Outro ponto que chama a atenção, segundo Sanovicz, é a diferença de valores cobrados entre passagens aéreas de destino nacional e internacional.

— Quando o passageiro entra num avião que vai para Buenos Aires, ele fica impressionado ao constatar que a

passagem é mais barata que um voo para Fortaleza, em que o número de milhas náuticas é semelhante. A diferença é que o voo à capital argentina está isento de ICMS, enquanto a aeronave que vai para Fortaleza recolhe 25% do imposto. Portanto, colocar esse limite em 12%, embora não seja o ideal, contribui para ampliar a possibilidade de conectividade dentro do país, para aumentar o número de voos entre os destinos nacionais e para criar uma aviação brasileira ainda mais competitiva — argumentou.

Randolfe disse que a proposta é a “salvação da aviação civil” e é uma alternativa para a criação do Programa Nacional de Aviação Regional.

Renan afirmou que vai se reunir com os líderes partidários da Casa para pautar o PRS 55/2015 para análise do Plenário do Senado.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

Instalada comissão que avaliará obras inacabadas

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) presidirá a Comissão Especial que fará um levantamento das obras federais paralisadas e identificará as causas e os responsáveis pela paralisação, além de propor leis para evitar novas ocorrências. A comissão temporária, instalada ontem, será integrada por nove senadores e funcionará por um ano.

Para Ataídes, que foi autor do pedido de criação da comissão, embora em alguns casos a paralisação se deva a restrições orçamentárias imprevisíveis, a maior causa do problema é “a falta de profissionalismo

dos gestores públicos”.

Durante a reunião, foi apresentada lista com 1,6 mil obras. A meta é reativar pelo menos 70% delas até junho de 2017 e as demais até 2018. São obras em mais de mil cidades.

Roberto Muniz (PP-BA), que integra o colegiado, sugeriu que a comissão convoque representantes da Caixa, já que, segundo ele, o banco é responsável pela gestão de quase 30% das obras.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, acredita que a comissão ajudará a impedir mais prejuízos para a população.

— Num país que não tem

dinheiro para investir em infraestrutura, se deparar com este “cemitério” de obras inacabadas é um desperdício e uma inversão muito grande de prioridades — declarou.

Além de Ataídes e Muniz, integram o colegiado Humberto Costa (PT-PE), Telmário Mota (PDT-RR), Hélio José (PMDB-DF), Wilder Moraes (PP-GO), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Elmano Férrer (PTB-PI). Uma vaga será preenchida pelo Bloco Social Democrata (PSDB, PV e DEM).

A definição de relator e vice-presidente foi adiada para a próxima reunião.

Renan descarta convocação do Congresso durante o recesso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, descartou qualquer possibilidade de convocar o Congresso durante

o recesso de janeiro, dizendo que o calendário de votações que estabeleceu será seguido à risca. Renan garantiu que a

proposta que institui um teto para os gastos público (PEC 55/2016) deverá ser promulgada por ele até 15 de dezembro.

Órgãos do Executivo e da Justiça recebem crédito suplementar

Quatro leis sancionadas e publicadas no *Diário Oficial da União* de ontem liberam créditos suplementares ao Orçamento da União, representando cerca de R\$ 253 milhões para diversos ministérios e órgãos do Judiciário.

A Lei 13.357/2016 (PLN 16/2016) concede aos Ministérios da Fazenda e da Indústria R\$ 4,8 milhões. A maior parte dos recursos é destinada à obra do edifício-sede do Banco Central em Salvador (BA).

A Lei 13.356/2016 (PLN

15/2016) libera quase R\$ 59 milhões para os Ministérios da Saúde, do Trabalho e das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. São quase R\$ 50 milhões para o Ministério da Saúde apoiar a elaboração dos planos municipais de saneamento básico.

A Lei 13.354/2016 (PLN 9/2016) libera R\$ 2,1 milhões aos Ministérios da Defesa e dos Transportes. Já a Lei 13.355/2016 (PLN 12/2016) destina quase R\$ 188 milhões a vários órgãos do Judiciário.

Sancionada lei que cria Biênio da Matemática Gomes de Sousa

Foi sancionada ontem a Lei 13.358/2016, que institui o Biênio da Matemática Gomes de Sousa 2017-2018. A lei tem origem em projeto aprovado em outubro pelo Senado.

Joaquim Gomes de Sousa

(1829-1864) é considerado o primeiro grande matemático brasileiro. Em 2017, o país vai sediar a Olimpíada Internacional de Matemática e, em 2018, o Congresso Internacional de Matemáticos.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Incentivo a empresas**
9h O PLC 68/2011, que cria incentivo à empresa que financia a formação profissional do empregado, é um dos itens da pauta.
- CDR Mobilidade urbana**
9h A comissão avalia, entre outros, o PLC 22/2016, que estende prazo para apresentação de planos de mobilidade urbana.
- CCJ PEC do Teto de Gastos**
10h Votação da PEC 55/2016, que cria um teto para os gastos públicos por 20 anos.
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Debate**
10h Audiência para apresentação da Ronda Maria da Penha e discussão sobre medidas de combate à violência doméstica.
- CE Ensino médio**
11h Audiência pública interativa discute metas para o ensino médio.
- CDH Adoção**
11h30 O PLS 531/2013, que facilita o processo de adoção, está na pauta.
- PRESIDÊNCIA Ministros**
11h30 Renan recebe o presidente do TCU, Aroldo Cedraz. Às 12h, recebe o ministro da Educação, Mendonça Filho. Às 12h30, Associação Brasileira de Designers de Interiores. Às 13h, recebe o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Às 16h, ordem do dia.

- PLENÁRIO Reforma política**
14h Sessão não deliberativa. Às 15h, sessão deliberativa para votação, em 1º turno, da proposta de reforma política (PEC 36/2016).
- MP 748/2016 Mobilidade urbana**
14h25 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão mista da medida provisória que amplia prazo para municípios elaborarem planos de mobilidade urbana.
- AGENDA BRASIL Jogos de azar**
14h30 O PLS 186/2014, sobre exploração de jogos de azar, é um dos projetos em pauta.
- MP 746/2016 Ensino médio**
14h30 Audiência pública interativa sobre a MP da reforma do ensino médio.
- ORÇAMENTO Crédito suplementar**
14h30 A comissão mista analisa projetos de créditos suplementares ao Executivo.
- MP 749/2016 Perda com exportação**
15h Instalação e eleição de presidente e vice da comissão mista da MP que compensa perdas dos estados com exportações.
- CDH Previdência social**
15h Reunião de grupo de trabalho que discute estudos na área da previdência social.
- CRA Ucrânia**
15h30 A comissão recebe delegação da Ucrânia para discutir cooperação bilateral.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• **TV:** senado.leg.br/TV

Presidente do Senado fez prestação de contas e anunciou novas medidas para diminuir gastos administrativos, como redução de despesa com envio de correspondência

Casa economiza R\$ 637 mi em 4 anos, diz Renan

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, fez ontem um balanço das medidas administrativas adotadas pela Mesa da Casa nos últimos quatro anos e anunciou decisões que serão tomadas até o fim do ano.

Segundo Renan, de 2013 até outubro, o Senado conseguiu economizar R\$ 637 milhões. O valor foi alcançado graças à racionalização da estrutura administrativa, à redução dos contratos, à reformulação do modelo de assistência à saúde, às novas diretrizes para compras e contratações, ao corte de pessoal, à eficiência no uso dos recursos públicos e ao enxugamento das funções comissionadas.

Entre as mais de 200 medidas adotadas, foram destacados o corte de 25% das funções comissionadas, a extinção de oito secretarias da Diretoria-Geral, o fim de 24 funções de chefia na Gráfica e a fusão entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o Interlegis e a Universidade do Legislativo.

Renan também apontou o aumento da jornada corrida para sete horas, a unificação dos oito almoxarifados existentes, o fim do serviço médico, o



O presidente do Senado, Renan Calheiros, anuncia valor economizado pela Casa e apresenta medidas de austeridade

cancelamento de 14 contratos considerados desnecessários, a diminuição de 25% dos contratos de vigilância, a redução de telefones que fazem chamadas DDD e DDI e a redução de 50% nas tiragens das publicações do Conselho Editorial.

Papel e gasolina

Uma mudança de cultura da própria Casa em relação ao uso de materiais de consumo foi ressaltada pelo presidente do Senado. Houve uma redução de 43% na utilização de chapas

para impressão gráfica. O gasto com tintas de impressão caiu 29%. A utilização de papel caiu pela metade. O custo com combustíveis foi diminuído em 43%. O gasto com Correios apresentou uma queda de 57%. O consumo de água caiu 34%.

As contratações emergenciais foram reduzidas em 66%. E a dispensa de licitações apresentou uma queda de 94%.

Por esses fatores, o Senado foi apontado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em

2016 como a referência em contratações públicas no Brasil.

TV digital

A economia possibilitou, ao lado de outras medidas administrativas como a venda da folha de pagamento, o aumento dos investimentos internos. Dessa forma, os elevadores foram modernizados, a TV Senado passou a ser 100% digital, as comissões ganharam sistema de votação eletrônica e a acessibilidade foi expandida. Gabinetes e áreas administra-

tivas foram reformados.

Sem custo, foram criados a Secretaria e o Conselho de Transparência e Controle Social.

— Não por outro motivo, o Senado foi apontado pela Fundação Getúlio Vargas como a instituição pública 100% transparente. Aqui o que não é protegido por sigilo legal, pela lei, é público e acessível pela internet — ressaltou Renan.

Novas medidas de economia aprovadas pela Mesa foram anunciadas por Renan. Ele garantiu que as decisões não acarretam nenhum prejuízo para as atividades do Senado.

Por desuso, 20% da franquia de cotas para a correspondência serão cortadas. Apenas com remanejamentos, serão criadas as condições necessárias para a implementação da Instituição Fiscal Independente até o final de novembro. Será limitado o fracionamento de cargos em comissão nos gabinetes.

— Quando assumimos, há quase quatro anos, esse teto chegava a 79 cargos fracionados. Nós reduzimos antes para 55 e agora para 50, diminuindo custos adicionais com encargos trabalhistas para o Senado.

Projeto estende prazo de repatriação e encarece multa

Um novo projeto sobre a repatriação de recursos do exterior será apresentado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Segundo ele, o texto será uma proposta da Mesa do Senado e vai reproduzir a lei anterior (Lei 13.254/2016) com vigência a partir de 1º de fevereiro do ano que vem e com o “pedagógico aumento da multa”.

O presidente do Senado afirmou que pretende votar o projeto até o fim deste ano. Segundo Renan, o valor da repatriação pode significar duas vezes o que o país poderia arrecadar com a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

— A proposta objetiva resolver um problema fiscal em

2017, como ocorreu parcialmente em 2016 — afirmou.

Efeito pedagógico

De acordo com Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto de Renan aumenta a alíquota do imposto e a multa de 15% para 17,5%, exatamente “para ser uma proposta pedagógica”. Jucá argumentou que não teria sentido apresentar uma proposta que desse o mesmo tratamento ou beneficiasse quem não aderiu na época certa. Para o senador, o projeto é uma segunda chance de adesão, mas que será “um pouco mais caro”. Ele ainda explicou que o prazo inicialmente previsto será de 60 dias, a contar de 1º de fevereiro.

O senador estimou que a arrecadação com esse novo

projeto ficará entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões. De acordo com o governo, a arrecadação com impostos da repatriação atingiu quase R\$ 51 bilhões em 2016.

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) manifestou apoio à iniciativa. Ele sugeriu que o prazo fosse reduzido para 45 dias.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor do primeiro projeto sobre a repatriação (PLS 289/2015), lembrou que foi em uma audiência pública que surgiu a ideia da repatriação.

— A repatriação provou que podemos encontrar alternativas para o problema fiscal do Brasil que não seja apenas o aumento da cobrança de tributos — disse Randolfe.

Senado aprova nome para delegação brasileira em Genebra

Maria Nazareth Farani Azevêdo vai chefiar novamente a delegação permanente do Brasil em Genebra, cargo que ocupou entre 2008 e 2013. A indicação foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado, por 50 votos a 2. Ela havia sido sabatinada em outubro pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Durante a sabatina, ela explicou que o escritório tem grande importância para a diplomacia brasileira, porque lida com diversos organismos da ONU, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Já a escolha do advogado

que vai ocupar a vaga do Senado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi adiada para amanhã.

Dois nomes foram aprovados em outubro pela Comissão de Constituição e Justiça, Henrique Ávila e Octavio Orzari, mas apenas um ocupará a vaga no CNJ.

Ávila, 33 anos, é professor de direito processual civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É advogado do escritório Sérgio Bermudes.

Já Orzari, 34 anos, é professor voluntário da Universidade de Brasília (UnB). Advogado do Senado, ocupou cargos de assessoria e coordenação no TSE e Ministério da Justiça.

Propostas de juristas para reduzir burocracia do país começam a tramitar no Senado

Começaram a tramitar formalmente ontem dois projetos elaborados pela Comissão de Juristas da Desburocratização. O PLS 406/2016 trata da reforma do Código Tributário Nacional. A PEC 57/2016 prevê regras fiscais dos municípios, obrigações tributárias e benefícios a micros e pequenas empresas.

O presidente da comissão, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques, entregou ontem o texto do PLS 406/2016 ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

Renan elogiou a contribuição da comissão e destacou que os senadores agora terão oportunidade de aprimorar os textos elaborados pelos juristas. A proposta de reforma do Código Tributário, afirmou Renan, visa simplificar e racionalizar a “babel tributária” do país:

— A mudança objetiva ampliar a segurança jurídica, gerando tranquilidade e evitando surpresas para o contribuinte.

Como exemplo de sugestões apresentadas pelos juristas, o presidente do Senado citou a garantia de correção

para créditos devidos ao contribuinte, em caso de pagamento em excesso ou devolução por imposição legal, da mesma forma que ocorre quando o contribuinte deve à Fazenda Pública.

Outras mudanças apresentadas pelo PLS 406/2016 incluem a exigência de lei para obrigação fiscal acessória que implique punição, o estabelecimento de critérios para imputação de responsabilidades aos sócios em caso de dissolução irregular da pessoa jurídica e a garantia aos detentores de créditos tributários

da possibilidade de compensá-los com qualquer tributo ou contribuição do mesmo ente federativo.

Sobre a PEC 57/2016, Renan destacou a determinação de que seja definido por lei o conceito de “pequeno município”, garantindo-lhe normas simplificadas para balancetes e prestações de contas. A proposta também permite a delegação de competência para que o estado em que estiver localizado o município assumira a cobrança e a fiscalização dos tributos de seu âmbito.

Participantes de audiência sobre a reforma do ensino médio pediram a parlamentares atenção à preparação dos docentes, que passarão a ser mais exigidos no novo modelo

Para educadores, desafio é formar professores

EDUCADORES PEDIRAM ONTEM aos parlamentares atenção especial à formação de professores quando analisarem a reforma do ensino médio (MP 746/2016), já que a nova estrutura exigirá mais dos docentes.

Durante audiência da comissão mista da MP, Neca Setúbal, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, apresentou um estudo recente mostrando que 42% dos professores do ensino médio não têm formação adequada nas disciplinas que ministram. Corrigir essa lacuna é, segundo ela, o “divisor de águas” para o sucesso de qualquer tentativa de reforma estrutural.

Ela explicou que, dentro da perspectiva de flexibilização curricular estabelecida pela MP, será necessário que os professores tenham a capacidade de trabalhar os conteúdos de forma mais analítica e integrada. Essa visão foi compartilhada pelo diretor do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, Danival Roberto Alves, que considera preocupante implementar o currículo por áreas de conhecimento sem formar docentes capazes de lidar com a interdisciplinaridade.

— Ainda estamos discutindo uma educação “por gavetas”. Nosso professor tem atitude nominalista e descritiva. O que ele vai fazer quando tiver à sua frente alunos que escolheram as ciências da natureza e quando for aumentado o tempo destinado a isso? Uma questão que precisa ser discutida em qualquer proposta de renovação do ensino é quem é o educador que



Debate reúne especialistas para avaliar medida provisória que institui tempo integral no ensino médio

estamos entregando. É o que está sendo negligenciado — afirmou Alves.

Novo olhar

O reitor da Universidade Estácio de Sá, Ronaldo Mota, disse que é preciso incorporar à docência um novo olhar, voltado menos para conteúdos pontuais e mais para ajudar os estudantes a processar conhecimentos.

— Há uma ultrapreocupação com a questão de conteúdos, o que é correto, mas ela não pode se sobrepor à questão metodológica. Caminhamos progressivamente para um mundo em que a informação estará totalmente acessível, instantânea e gratuita. É mais relevante se o aluno, no processo de aprendizagem, conseguiu amadurecer a sua capacidade de conhecer como ele aprende — explicou Mota.

Os participantes também manifes-

taram preocupação com a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, criada pela MP. A ideia é criar um canal de financiamento direto entre o Ministério da Educação e as escolas que adotarem o ensino integral para seus alunos, de modo a estimular a expansão dessa modalidade.

Neca Setúbal afirmou que essa política tende a favorecer as escolas particulares de classe alta, que são as mais propensas a implementar o ensino integral. Para ela, há o risco de que isso resulte em prejuízo para as escolas públicas, uma vez que haverá menos recursos disponíveis para o apoio a outros níveis da educação.

— Verificamos uma correlação consistente entre alunos que frequentam o ensino integral e maior nível socioeconômico. Por que, num momento de

crise, o MEC faz uma opção para transferir recursos para a educação integral, em vez de ampliar a jornada de todos os alunos do ensino médio? Vamos continuar reforçando a desigualdade?

Investimentos

A consultora legislativa da Câmara Mariza Abreu informou que o MEC estima que a política do ensino integral custará R\$ 1,5 bilhão nos primeiros dois anos. E que, caso os sistemas públicos estaduais decidam investir no ensino integral, precisarão ter garantia de que o dinheiro estará disponível, o que é incerto neste momento de crise.

— Existe hoje enorme insegurança na relação dos entes federados com o governo federal quando se trata de financiamento de políticas. A primeira pergunta que o Congresso precisa fazer é determinar de onde sairá esse recurso e qual garantia os estados podem ter de que esse dinheiro será mantido na implementação dessa política — observou.

Outro fator de agravamento de desigualdades pode ser a flexibilização curricular. Embora os participantes tenham elogiado a ideia, advertiram que ela exigirá grande comprometimento e rigor da gestão educacional para garantir a oferta igualitária a todos.

Ricardo Henriques, do Instituto Unibanco, observou que só haverá plena liberdade de escolha se todos os alunos tiverem todos os caminhos curriculares à disposição, e isso só será realidade imediata nos grandes centros metropolitanos. Nos demais locais, segundo ele, o poder público terá que intervir.

Comissão mista aprova relatório da MP do Fies

A comissão mista criada para analisar a Medida Provisória 741/2016 aprovou ontem o relatório favorável. A MP transfere da União para as instituições de ensino superior a obrigação de remunerar os bancos pelos custos decorrentes da concessão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A medida segue agora para votação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. Se a tramitação não for concluída até a sexta-feira, o texto perderá a validade.

De acordo com a lei que criou o Fies, os bancos devem ter remuneração correspondente a 2% do valor dos encargos educacionais liberados. Antes da edição da MP, os bancos eram remunerados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE).

O relator, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse que, segundo estimativa do governo, a mudança trará uma economia anual de R\$ 400 milhões para os cofres públicos a partir de 2017. Segundo ele, os recursos poupados poderão ser revertidos em favor de outras ações educacionais.



Deputado Fábio Ramalho, presidente da comissão, e Ataídes Oliveira, relator

Ataídes revelou que o Fies é o item de maior desembolso federal em educação, representando 15% de toda a despesa da União na área. Em 2015, o investimento foi de R\$ 17,8 bilhões. A previsão para este ano é de R\$ 18,7 bilhões.

Emendas

Ataídes acatou emendas de parlamentares para prever que a taxa de remuneração transferida às universidades não seja repassada aos alunos a qualquer título. Quem ferir essa determinação será enquadrado na lei de crimes contra a economia popular, podendo ser condenado a pena de seis meses a dois anos de prisão, mais multa.

Durante os debates, o deputado Pedro Uczai (PT-SC) acusou o governo de, com a mudança, promover a concentração de recursos do Fies nas grandes instituições de ensino. O deputado acrescentou que esses grandes grupos estão formando oligopólios, que fragilizam os concorrentes de menor porte e terminam por comprá-los.

Por isso, observou, o tema deveria ser mais discutido:

— De cada R\$ 100, R\$ 40 vão para quatro grandes instituições. O Fies vai ser o grande financiador do setor privado no país.

Ataídes divergiu da interpretação de Uczai e disse que não havia fundamento na acusação do deputado.

Congresso prorroga autorização para Banco Central importar cédulas e moedas

O prazo de vigência da medida provisória que autorizou o Banco Central a importar cédulas e moedas brasileiras foi prorrogado pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros. Deputados e senadores terão mais 60 dias para analisar a MP 745/2016.

A MP foi editada em setembro e ainda precisa ser votada na comissão mista para depois ser apreciada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

O BC deverá fazer as compras segundo a Lei de Li-

citações. O governo citou “inviabilidade ou fundada incerteza” quanto à capacidade da Casa da Moeda de atender a demanda. Para o governo, isso caracteriza “situação de emergência” prevista na Lei de Licitações. O comércio tem dificuldade para dar troco. Situação parecida ocorreu em 1994, no lançamento do Plano Real. A comissão é presidida pelo senador Telmário Mota (PDT-RR) e relatada pelo deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG).

Perde eficácia medida provisória que dificultava concessão de benefícios

Perdeu a eficácia a medida provisória que endurecia as normas para a concessão de benefícios previdenciários. O ato declaratório do Congresso que comunica a perda de validade da MP 739/2016 foi publicado na segunda-feira.

A medida estabelecia que o aposentado por invalidez poderia ser convocado a qualquer momento para que as condições que causaram o afastamento fossem avaliadas. O argumento do governo federal

era que as despesas com esse benefício quase triplicaram em dez anos, chegando a R\$ 44,5 bilhões em 2015.

A MP estabelecia ainda que o auxílio-doença teria duração máxima de quatro meses e só seria renovado se houvesse pedido do segurado. Como a MP perdeu a validade, o governo enviou um projeto ao Congresso sobre o tema.

Também perdeu a eficácia a MP 738/2016, que tratava de créditos extraordinários.

Especialistas divergem sobre PEC do Teto

Para defensores, proposta vai recuperar economia e reduzir desemprego, beneficiando pobres. Críticos dizem que limite de gastos prejudica crescimento do país e áreas sociais

A ÚLTIMA AUDIÊNCIA sobre a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) destacou divergências sobre os potenciais efeitos da proposta na área social. O debate promovido pela CCJ e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) durou mais de cinco horas.

A PEC será votada pela CCJ hoje e, se aprovada, seguirá para o Plenário.

Os debatedores favoráveis à proposta de limitar os gastos federais por 20 anos garantiram que a PEC não prejudica os pobres. Para os críticos, é uma ameaça às conquistas sociais da Constituição.

Benefícios aos pobres

Para o assessor especial do Ministério da Fazenda Marcos Mendes, a PEC é um caminho para recuperar a economia e reduzir o desemprego e a inflação. Segundo ele, o desemprego pesa muito mais sobre os pobres.

Eles também, disse, são os maiores prejudicados pela inflação, que deve crescer, previu, se a PEC não for aprovada. Prova disso, avaliou, foi o ganho de renda dos pobres com o Plano Real.

Samuel Pessôa, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destacou que a PEC recuperará a capacidade fiscal do Estado.

— Muitas das pessoas que hoje são contra a PEC são as mesmas que foram contrárias à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Plano Real — afirmou.

Segundo ele, de 2011 a 2014, o PIB passou a crescer mais lentamente e a despesa continuou no mesmo ritmo.

— O que existe de anormal no comportamento das finanças públicas brasileiras não é o comportamento da receita, que tem acompanhado muito em linha o crescimento da economia. O que é anormal é um crescimento extraordinário da despesa — afirmou.

Mendes contestou alguns mitos que, segundo ele, cercam o debate da PEC, entre eles o de que a proposta prejudicará saúde, educação e programas sociais. Apresentando gráficos, disse que as despesas primárias do governo



Maranhão e Gleisi (ao centro) ouvem argumentos dos dois debatedores a favor e dos dois contrários à proposta que limita gastos públicos por 20 anos

subiram 102% entre 2004 e 2015 e o gasto com saúde aumentou 65%.

Marcos Mendes afirmou que grande parte do gasto com educação é feito por estados e municípios, e a proposta só limita a despesa federal. Ele defendeu que não haverá estrangulamento nas políticas sociais, já que o ajuste é gradual.

O senador José Aníbal (PSDB-SP) disse que o Brasil precisa buscar o equilíbrio fiscal. Ricardo Ferraço (PSDB-ES) defendeu uma revisão das desonerações fiscais, que continuam pesando, disse, sobre os cofres públicos. Fernando Bezerra (PSB-PE) pediu mudanças também na tributação.

Injustiça social

“A PEC é muito injusta do ponto de vista social”, defendeu o economista da Unicamp Pedro Paulo Zahluth Bastos: — Vai impedir a recomposição do salário mínimo, reduzir gasto social e abrir espaço para a mercantilização da saúde e da educação — disse.

Ele também condenou a intenção de usar os excedentes de arrecadação para pagar juros e encargos da dívida pública. Os gastos sociais e investimentos públicos, afirmou, são estimuladores da receita do setor privado e, em con-

sequência, geram impostos.

O também professor da Unicamp Guilherme Mello concordou que a política de investimento público promove o crescimento de longo prazo:

— Ninguém defende gastar tresloucamente, aumentar a dívida sem controle. Olhar o crescimento da despesa em relação ao PIB é um desafio, mas a PEC trata isso de forma inadequada.

Mello defendeu proposta alternativa, que conciliaria a manutenção da oferta de serviços públicos com a melhora na estrutura tributária, sem descuidar do controle da dívida pública.

Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), a PEC “não tem sensibilidade para com o trabalhador.” Lindbergh Farias (PT-RJ) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) reclamaram que o texto afeta mais os pobres. Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu investimento na educação como justiça social.

A PEC vai romper o pacto social da Constituição de 88, disse Lídice da Mata (PSB-BA). Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), a proposta não passaria pelo crivo de uma eleição. E Kátia Abreu (PMDB-TO) criticou seu partido por defender uma política que “vai tirar dinheiro de idoso e deficiente pobre.”

Vanessa defende tributar lucro como alternativa a texto do governo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016) é muito mais que uma medida fiscal. Trata-se, segundo ela, de uma “reforma estruturante para dar início a um Estado apartado da responsabilidade por políticas públicas e do compromisso com as pessoas que mais precisam de serviços públicos, como saúde, educação e segurança”. Ela defendeu a alternativa de reforma tributária, que incida sobre lucros e dividendos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

José Aníbal rebate crítica da oposição e diz que PT foi “irresponsável”

Os parlamentares da oposição que criticam a PEC do Teto são irresponsáveis e ignoram a realidade, afirmou José Aníbal (PSDB-SP). Para o senador, os governos do PT deixaram o país na pior crise econômica da história.

— Esses irresponsáveis, até o último dia, agravaram o desastre brutal que provocaram nas contas públicas, nas empresas públicas (que foram pilhadas, Petrobras e Eletrobras destacadamente), nos fundos de pensão.

Para Lasier, proposta que limita gasto público é “necessária e inevitável”

A aprovação da PEC do Teto de Gastos pelo Congresso é importante porque o país está atravessando sua pior crise econômica, disse Lasier Martins (PDT-RS). Para o senador, a PEC não teria sido necessária se as medidas de contenção de gastos tivessem sido tomadas há alguns anos. Mas isso não foi feito nos 13 anos de governo do PT, disse Lasier.

— A proposta é necessária e inevitável para se colocar a casa em ordem e para que se inicie um ciclo de geração de emprego e renda. Tivemos 13 anos de governos petistas e nada foi feito, a não ser colocar o país no atoleiro — criticou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alternativa da oposição limita a quatro anos medidas de ajuste fiscal

A oposição vai apresentar hoje à Comissão de Constituição e Justiça um substitutivo à PEC do Teto de Gastos, elaborado em conjunto pelos senadores Roberto Requião e Gleisi Hoffmann.

Pelo substitutivo, as medidas restritivas de política fiscal valerão apenas por quatro anos, período de vigência do Plano Plurianual (PPA). A proposta prevê ainda irredutibilidade do gasto social per capita e referendo em alguns casos de alteração fiscal.

Lindbergh Farias disse que espera sensibilizar grande parte dos membros da CCJ com as alterações que serão

propostas. Para ele, é preciso garantir a soberania do voto, de forma que cada governo eleito possa definir sua política econômica. Pela PEC 55, os gastos ficam congelados, o que engessa a atuação de futuros governantes, avalia Lindbergh.

Roberto Requião fez questão de destacar que não se trata de “uma proposta petista”, pois há senadores de outras legendas que apoiam o substitutivo. Segundo o senador, a alternativa da oposição será complementada por projetos de lei que tratarão de assuntos como taxaço de lucros e dividendos e duplo mandato para o Banco Central.

Vanessa Grazziotin também manifestou apoio às sugestões e defendeu um sistema tributário progressivo, como forma de evitar o aumento de impostos.

— Não estamos propondo aumento de impostos, mas propomos justiça tributária — afirmou Vanessa.

Já para Romero Jucá (PMDB-RR), a atual oposição, que antes era governo, “ajudou a quebrar o Brasil”.

— Nós vamos consertar o país. A sociedade, na última eleição, em dois turnos diferentes, aprovou a forma como estamos propondo conduzir o Brasil — declarou o senador.

Senadores da Comissão de Educação acompanham audiência conjunta

A reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) de ontem foi encerrada antes do previsto para que os integrantes do colegiado pudessem participar da audiência pública sobre a PEC 55/2016 promovida pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos.

A vice-presidente da CE, Fátima Bezerra, afirmou que o financiamento da educação para os próximos 20 anos estará em risco, caso a PEC seja aprovada. Portanto, seria uma questão de coerência a comissão acompanhar o debate.

— Estão em jogo o presente e o futuro

da educação brasileira — argumentou a senadora.

A Comissão de Educação tem nova reunião marcada para hoje, desta vez para uma audiência pública interativa sobre as melhorias necessárias no ensino médio e a adoção de horário integral nas escolas.

Plano Plurianual será revisto e terá participação social, diz ministério

Plano que traça metas e diretrizes do governo entre 2016 e 2019 deve ser avaliado também por entidades sociais e sindicatos

O PLANO PLURIANUAL 2016-2019, elaborado ainda na gestão de Dilma Rousseff, será revisto no primeiro semestre do ano que vem, informou ontem o representante do Ministério do Planejamento, Cláudio Evangelista, durante audiência da Comissão de Transparência e Governança Pública.

Evangelista disse que a intenção inicial da pasta era revisar o PPA já em 2016, o que não foi possível pela “grande reestruturação” advinda da troca de governo, somada a exigências de monitoramento e avaliação feitas pelo órgão de controle do Plano Plurianual.

— Essa revisão no PPA será feita com a participação da sociedade. Vamos baixar uma portaria até no máximo sexta-feira tratando primeiramente do monitoramento por parte de entidades sociais, sindicais e patronais. Mas nossa intenção é ir além, abrindo um campo no Siop [Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento] a ser preenchido por todas essas entidades — disse Evangelista.

Outro participante do debate, Daniel Avelino, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), considera que o Brasil vive uma “situação decisiva”, pois levantamentos conduzidos pelo órgão em relação aos conselhos



Senador Telmário Mota (C) coordena debate na Comissão de Transparência e Governança Pública

nacionais (espaços institucionais de interlocução do Estado com a sociedade) indicam um quadro preocupante sobre a participação social na definição e no monitoramento de políticas públicas.

— Espaços de participação têm sido extintos, desativados ou esvaziados, algumas vezes devido até mesmo ao desinteresse das próprias entidades sociais, que dizem não concordar com a situação atual. Mas decisões estratégicas também têm sido tomadas ignorando totalmente a posição dos conselhos, isso somado à redução de recursos financeiros e humanos — disse Avelino.

O estudo do instituto será divulgado

na íntegra na sexta-feira. Para Avelino, gestores, funcionários e a sociedade civil vivem um momento de profunda tensão e que precisa ser superado.

Para ele, muitos dos conselhos só funcionam ainda devido a “voluntarismo e abnegação” dos coordenadores, e uma parte da sociedade voltou a ver o Estado como um “inimigo ou adversário a ser enfrentado”.

O consultor do Senado João Pederiva solicitou ao Ministério do Planejamento maior abertura à participação social na definição e no monitoramento da retomada de milhares de obras inacabadas, uma das prioridades do governo de Michel Temer.

Raupp parabeniza Embraer pela produção de novo cargueiro

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) saudou a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) pelo desenvolvimento do avião cargueiro KC-390, a maior aeronave já produzida pelo Brasil.

Raupp informou que o avião poderá servir em várias operações, como transporte, busca e salvamento e reabastecimento de aeronaves em voo. Também poderá ser empregado no combate a incêndios, sugestão feita por Raupp à Embraer. Segundo ele, há vários países interessados em adquirir o KC-390, que está sendo produzido em Gavião Peixoto (SP).



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe critica falta de campanha educativa sobre uso racional de água no DF

Com a ameaça de racionamento de água no Distrito Federal, o senador Reguffe (sem partido-DF) lamentou que os sucessivos governadores não tenham usado os instrumentos existentes para conscientizar a população sobre o consumo racional do recurso.

Quando deputado distrital do DF, ele apresentou projeto que virou lei em 2009, concedendo desconto de 20% sobre o volume de água economizado, levando em conta o consumo no mesmo mês do ano anterior.

— O governo não faz propaganda da existência dessa lei — protestou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Aprovados R\$ 6 bilhões extras para ministérios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem mais de R\$ 6 bilhões em créditos suplementares e especiais para diversos ministérios. Deputados e senadores esperam limpar a pauta da comissão para que possa ser finalizada a tramitação do relatório setorial de previsão de receita do Orçamento da União para 2017.

Entendimento entre governo e oposição para não serem solicitadas verificações de quorum, já que colegiados da Câmara e do Senado estavam em funcionamento ao mesmo tempo, possibilitou o andamento dos trabalhos da comissão, que prosseguem hoje.

O presidente da CMO, deputado Artur Lira (PP-AL), fez uma avaliação positiva da retomada das atividades após as eleições municipais:

— Nós tínhamos na pauta ordinária dez projetos de lei do Congresso. Votamos oito, pois os relatores de duas dessas propostas não estavam em Brasília. E também votamos um

projeto extrapauta — explicou.

A senadora Regina Sousa (PT-PI), que relatou um dos créditos aprovados, destacou que não haverá contestação sistemática ao governo, mas disse que a oposição vai criticar e se opor às propostas com as quais não concordar:

— A gente vota em favor do Brasil. A pauta de hoje [terça] era de suplementação, então votamos todas. Eu fui relatora de uma suplementação para o Ministério da Cultura. Nós queremos que ande, queremos Orçamento, queremos que o país funcione. A gente vai ser contra aquilo que a gente sente que vai prejudicar o povo. Agora, não deixo de ressaltar que, por ironia, as suplementações quase todas eram superavit financeiro de 2015.

A CMO deve votar hoje os créditos que ainda têm parecer pendente de votação e ler o relatório prévio de receita do Orçamento de 2017.

Foram aprovados os PLNs 22, 25, 32, 33, 36, 39, 42, 44 e 46, todos de 2016.

Expansão de biocombustível depende de investimentos, avaliam especialistas

Os biocombustíveis precisam de apoio dos setores público e privado para serem competitivos, disseram ontem especialistas durante debate na Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Para o chefe-geral da Embrapa Agroenergia, Guy de Capdeville, os benefícios dos biocombustíveis já são sentidos desde o início da venda do etanol, mas o setor precisa de investimentos em tecnologia e novos estudos, além de planejamento e logística adequados entre as regiões do país.

Márcio Bezerra, do Ministério de Minas e Energia, anunciou o Renova Bio 2030, novo programa do governo para estimular a produção de biocombustíveis, que estará sob consulta pública no primeiro semestre de 2017.

O Brasil vai apresentar o novo programa durante a COP-22, que começou segunda-feira e vai até o dia 18, em Marrakech.

Ciro afirma que shopping levará desenvolvimento ao centro-sul do Piauí

Ciro Nogueira (PP-PI) expressou satisfação com a inauguração de um shopping center no município piauiense de Picos. Para ele, o empreendimento, que vai gerar mais de 800 empregos diretos, é a realização de um sonho para a população e uma revolução empresarial na região centro-sul do estado.

— Espero que os piauienses dessa região tenham cada vez mais qualidade de vida e oportunidades de trabalho e que a nossa Cidade Modelo fortaleça a sua vocação para o desenvolvimento — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Dos três sabatinados na Comissão de Relações Exteriores, só um teve aprovação final. Outras duas indicações ainda passarão pelo Plenário

Senado aprova diplomata para Canadá e estuda indicados para FAO e Holanda

O PLENÁRIO APROVOU ontem a indicação do diplomata Denis Fontes de Souza Pinto para o posto de embaixador do Brasil no Canadá. Foram 51 votos a favor, 2 contra e 1 abstenção. Ele já foi embaixador no Vaticano e conselheiro nas embaixadas do país na França e na África do Sul.

Ainda ontem, mais cedo, o diplomata havia sido sabatinado e aprovado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Na sabatina, Pinto ressaltou as relações bilaterais das duas democracias multiétnicas e multiculturais. Outros fatores que aproximam os dois países são os territórios igualmente extensos, sendo que parte deles apresenta pouca densidade populacional e elevado potencial para geração de riquezas.

Pinto também disse que o Brasil e o Canadá estão entre as maiores economias mundiais, contam com expressivas reser-



Senador Aloysio (2º à esq.) conduz sabatina dos diplomatas indicados para Holanda, Canadá e agência agrícola da ONU

vas de água doce, detêm um parque produtivo e uma pauta de exportação diversificados e se caracterizam por ser grandes produtores de alimentos e energia.

O diplomata ressaltou as posições coincidentes dos dois países sobre temas ambientais e direitos humanos. A agenda de cooperação abrange os campos de comércio e investimentos, infraestrutura, energia, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia e inovação, defesa e segurança.

Senadores pediram atenção

à exportação de carne bovina brasileira e a possibilidade de o modelo canadense de barragens ser replicado no Brasil.

O Canadá é o país com maior número de estudantes brasileiros no exterior e principal destino de investimentos brasileiros no exterior.

Segurança alimentar

Também ontem, a CRE sabatinou e aprovou os diplomatas indicados para assumir a embaixada do Brasil na Holanda e a representação do país na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Os dois agora dependem da aprovação do Plenário.

O indicado para a FAO é João Carlos de Souza-Gomes, que na sabatina destacou 11 projetos desenvolvidos pelo fundo da ONU em coordenação com cinco ministérios do Brasil. Esses projetos vão da recuperação de florestas ao desenvolvimento sustentável da agricultura. Outro projeto envolve a política brasileira de segurança alimentar.

Souza-Gomes citou um relatório da FAO que mostrou que o número de pessoas subalimentadas no Brasil caiu 70% nas últimas décadas. O país alcançou a meta da ONU de reduzir a fome pela metade.

O próximo desafio é reduzir o desperdício de alimentos.

Sendo aprovado pelo Senado, o diplomata também será o representante brasileiro no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola e no Programa Mundial de Alimentos e trabalhará em Roma.

A indicada para a embaixada na Holanda, Regina Maria Cordeiro Dunlop, destacou as relações de comércio entre os dois países. A Holanda é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil. Estima-se que mais de 150 empresas holandesas estejam instaladas aqui.

Grandes empresas brasileiras, por sua vez, estabeleceram nos últimos anos escritórios e representações em Amsterdã e Roterdã, entre as quais Petrobras, Braskem, Odebrecht, Seara, Marfrig, Queiroz Galvão, Cutrale e Brazil Foods. No ano passado, a Embraer anunciou a ampliação da sua base comercial em Amsterdã de 5 para 100 funcionários.

Regina apontou as oportunidades para fortalecer o diálogo político em temas de interesse mútuo da agenda internacional e a cooperação em áreas prioritárias para o Brasil. A bioeconomia com aplicação de tecnologia para barrar a escassez de água foi apontada por ela como prioridade.

Ângela afirma que Supremo é lento para julgar políticos

Ângela Portela (PT-RR) lamentou a demora do Supremo em julgar ações envolvendo políticos e autoridades. A senadora comentou um processo que apura suposto pagamento de comissão a um senador de Roraima, cujo nome não citou, para que destinasse emendas parlamentares a um município do estado.

Segundo ela, o processo tramita no STF há mais de dez anos. A senadora ressaltou que o STF conduz pelo menos 38 inquéritos da Lava Jato, mas até agora nenhum dos 91 políticos investigados foi julgado.

Segundo ela, essa demora contrasta com a rapidez das decisões da primeira instância.

Governo de Sergipe não dá tratamento contra câncer, acusa Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) acusou o governo de Sergipe de omissão e desca-so. Segundo ele, as autoridades do estado desprezam a saúde da população e negam atendimento às pessoas com câncer.

O senador afirmou que o tratamento de câncer requer diagnóstico precoce e tratamento ininterrupto, mas em Sergipe as pessoas que dependem do poder público estão morrendo porque o estado não fornece medicamentos com regularidade. Ele classificou de "maldade" a falta de um Hospital do Câncer.

— É um governo genocida — acusou o senador.

Paim pede ao Judiciário que não legisle sobre terceirização

Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo para que a presidente do Supremo, Carmen Lúcia, não coloque em pauta o recurso contra a súmula que trata da terceirização da mão de obra. A súmula responsabiliza o Estado pelos créditos trabalhistas não pagos aos funcionários por empresas contratadas. Esse mesmo documento proíbe a terceirização de tarefas ligadas à atividade-fim das empresas.

— A preocupação é que o Supremo legisle sobre um tema de projeto em debate. Podemos ter posições divergentes, mas estamos debatendo. Peço à presidenta do Supremo que essa matéria não seja pautada.



Para reitores, verba de ciência e tecnologia não deveria ser cortada

O contingenciamento de verbas para pesquisa e inovação põe em risco a competitividade do Brasil no curto e no médio prazo, apontaram dirigentes de universidades públicas na audiência organizada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Para 2017, a previsão de contingenciamento é de 55% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A arrecadação deverá chegar a R\$ 5,2 bilhões, mas R\$ 2,9 bilhões não deverão ser gastos.

O contingenciamento ocorre quando o governo suspende a execução de certas despesas orçamentárias. A programa-

ção desses gastos pode ser retardada ou descartada por insuficiência de receitas.

A CCT avalia a efetividade da aplicação dos recursos do FNDCT e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel). Segundo os dirigentes das universidades, esses repasses são essenciais para a manutenção

das universidades.

— Os recursos desses fundos foram drasticamente reduzidos a partir de 2013 e isso precisa ser revertido — disse o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rui Vicente Oppermann.

— Sem esses recursos, não haveria pesquisa e pós-graduação — acrescentou o pró-reitor

da Universidade Federal do Pará (UFPA) Rômulo Angélica.

Oppermann teme que o setor científico e tecnológico enfrente dificuldades ainda maiores com a aprovação da proposta que estabelece um teto para os gastos públicos por 20 anos (PEC 55/2016).

— Educação, ciência, tecnologia e inovação deveriam ser exceções na PEC, pois são investimentos. A gente não ganha reduzindo investimentos — argumentou.

O governo deveria apostar em políticas que estimulem a aproximação das empresas com as universidades, afirmaram os debatedores, pois ajudaria na volta do crescimento.



Lasier Martins (C) fala no debate, entre dirigentes de universidades públicas

Indígenas criticam projeto agrícola no Matopiba

Criado no ano passado, projeto incentiva a exploração pelo agronegócio de região que abrange quatro estados do Norte e do Nordeste e abriga comunidades tradicionais

NUMA AUDIÊNCIA ORGANIZADA ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), representantes de comunidades indígenas e de organizações de pequenos agricultores protestaram contra o Projeto Matopiba, implantado numa região formada pelo Tocantins e por partes do Maranhão, do Piauí e da Bahia — o nome Matopiba vem da primeira sílaba de cada estado.

Considerada a última fronteira agrícola do país, a região apresenta alta produtividade de grãos, especialmente soja, e acelerada expansão da área plantada. O projeto, afirmam os debatedores, agrava a concentração fundiária, a violência no campo e a destruição do Cerrado, causando ainda assoreamento dos rios e contaminação de aquíferos.

Como disse Gecilha Crukoy, líder indígena do povo Krahô, as comunidades tradicionais não foram chamadas para discutir o projeto e hoje enfrentam dificuldades em manter suas estratégias de produção e sobrevivência.

— Quando os brancos chegaram, já encontraram os indígenas. Por que não respeitam o povo indígena? — protestou.

Situação de agressão também foi relatada por Alexandre Silva, descendente das primeiras famílias de agricultores que formaram a comunidade Serra do Centro, em Campos Lindos (TO).

— Em 1911, nasceu meu avô, em 1935, meu pai, e eu sou de 1985. Nasci e me criei na Serra do Centro, mas não somos reconhecidos como filhos de lá, somos vistos como invasores. Mas os invasores, que dizem

que são donos, são os paranaenses, japoneses, paulistanos, que tomaram conta de tudo que era nosso.

Além da falta de diálogo com populações locais, as lideranças apontam falta de transparência das ações do projeto. Para Egon Heck, coordenador do Conselho Indigenista Missionário, o desrespeito às populações protagonizado pelo projeto pode levar à destruição das comunidades tradicionais.

Especulação

Autora do requerimento para realização do debate, Regina Sousa (PT-PI) manifestou preocupação com a concentração da propriedade das terras na região e a manipulação da população local por especuladores que querem se beneficiar da valorização das propriedades rurais.

Ela relatou casos ocorridos no Piauí nos quais pequenos agricultores foram enganados e venderam suas terras por preços baixos a pessoas que lucram com a instalação de projetos de desenvolvimento.

— Os mais sabidos se aproveitam da ingenuidade das pessoas — denunciou.

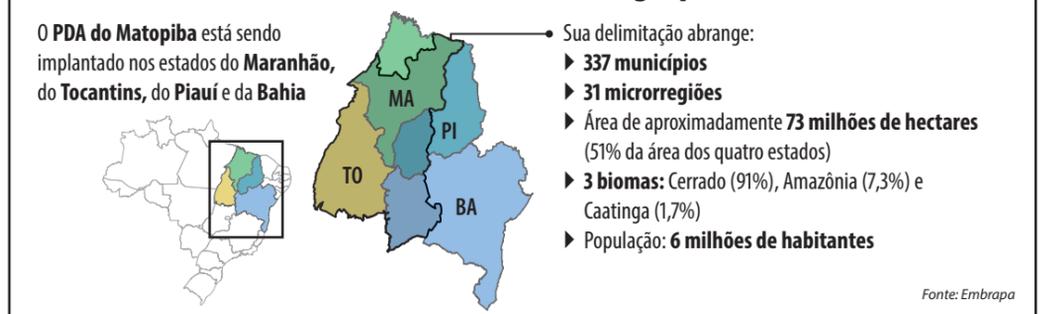
Da Comissão Pastoral da Terra, Isolete Wichinieski e Pedro Ribeiro alertaram para o agravamento dos conflitos no campo desde o início do projeto. Segundo eles, 53% das disputas por terra no Maranhão, no Tocantins, no Piauí e na Bahia nos últimos dez anos ocorreram na região do Matopiba.

— Que território vai sobrar para as comunidades tradicionais? A especulação imobiliária, os latifundiários, as



Regina Sousa (C), que preside a audiência, entre os debatedores: valorização das terras estimula ação de especuladores

Plano de Desenvolvimento Agropecuário



empresas e as corporações internacionais estão avançando com uma velocidade imensa, principalmente em terras públicas — alertou Isolete.

Segundo Joice Bonfim, da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais, o desmatamento e a movimentação de máquinas têm causado o assoreamento de rios. Ela afirma que o uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras está contaminando aquíferos que alimentam grandes bacias, como a do Rio São Francisco.

Para o procurador Felício Pontes, do Ministério Público Federal, o Projeto Matopiba

fere a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que obriga governos a consultar os interessados cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

— A consulta aos povos interessados deveria ter sido feita antes da edição do decreto.

O procurador sugeriu uma reunião com o Ministério Público para buscar maneiras de impedir o avanço do projeto Matopiba sobre as áreas indígenas e as localidades ocupadas por populações tradicionais.

Em defesa do projeto, Edu-

ardo Mazzoleni, do Ministério da Agricultura, disse que a iniciativa visa ampliar e fortalecer a classe média rural, promovendo o aumento da renda, a qualificação profissional e a melhoria das atividades rurais.

Segundo ele, o projeto respeita reservas naturais e áreas indígenas, quilombolas e de reforma agrária. Os desafios são a melhoria da infraestrutura e a orientação aos agricultores.

— Precisamos desenvolver assistência técnica e capacitação apropriadas para os produtores, levando ideias de organização por meio de associações e cooperativas.

Ana Amélia quer reduzir campanha eleitoral no segundo turno

Ana Amélia (PP-RS) apresentou uma proposta de emenda à Constituição que reduz o prazo da campanha eleitoral no segundo turno. A votação ocorreria no terceiro domingo de outubro, não mais no último domingo do mês.

Ela avalia que a proposta corrige uma disparidade: enquanto no primeiro turno, com vários candidatos, o período de propaganda é de 45 dias, no segundo, com dois concorrentes, esse prazo é proporcionalmente maior.

A senadora lamentou também a falta de uniformidade das decisões da Justiça Eleitoral nas últimas eleições.

— Andei por 188 municípios no Rio Grande e percebi que num município ao lado do outro a interpretação da Justiça era totalmente diferente. Em um podia fazer carreata, no outro não.



Gerardo Magela/Agência Senado

Malta critica proposta de aumento do teto salarial dos servidores

Após criticar a pretensão de aumento salarial defendida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, o senador Magno Malta (PR-ES) sugeriu uma redução nos salários pagos nos três Poderes como forma de ajudar no ajuste das contas públicas.

Ele disse que não é o momento de haver aumento no teto salarial. A redução é que seria o correto, já que o país está numa situação trágica, afirmou, atribuindo o quadro atual ao governo passado.

— Reduzir salário por 20 anos. Quinze mil reais está bom demais para senador, está bom para deputado federal, está bom para ministro de tribunal superior. Ora, se tem cidadão vivendo e convivendo com a sua família ganhando R\$ 800, R\$ 1,2 mil.



Jefferson Rorly/Agência Senado

Medeiros condena boatos sobre o fim de direitos sociais

O senador José Medeiros (PSD-MT) disse ontem que os brasileiros mais humildes estão desesperados por causa de boatos de que o governo do presidente Michel Temer vai acabar com direitos trabalhistas, como o 13º e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e com o atendimento à saúde e à educação. Frisou que isso não é verdade.

Medeiros disse que o PT teve 13 anos para fazer tudo o que agora cobra de Michel Temer, como taxaço de dividendos e dos mais ricos, mas nada fez. Ele rebateu as críticas do partido às propostas do governo, como a que trata do estabelecimento de um teto para os gastos públicos por 20 anos.

— Não tenho dúvidas de que vamos avançar e teremos em breve uma saída para o país — afirmou.



Moreira Matiz/Agência Senado

Ataídes comemora decisão do governo de retomar obras

O anúncio do governo sobre a retomada de 1,6 mil obras cujos valores para conclusão não ultrapassem R\$ 10 milhões foi comemorado pelo senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Cerca de 700 obras devem ser reiniciadas nos próximos 90 dias e as demais, até junho de 2017. O custo será de R\$ 2 bilhões e a conclusão, segundo Ataídes, se dará no final de 2018. O senador afirmou que a retomada vai aquecer a construção civil e, em consequência, gerar empregos.

— São creches, pré-escolas, centros de artes, quadras esportivas, unidades básicas de saúde, redes de saneamento e obras de urbanização, de infraestrutura turística, de prevenção de áreas de risco e até aeroportos, em 1.071 municípios — disse o parlamentar.



Moreira Matiz/Agência Senado